

O quadro eleitoral e a disputa pelo governo Lula



Por **PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.**

O que provavelmente ocorrerá agora é um deslocamento da atividade política para uma disputa de espaço dentro de um futuro governo Lula

Começo o ano tratando da principal fonte de esperança para todos que se preocupam com nosso país – as eleições presidenciais de 2022. Há muita incerteza, claro, mas o favoritismo do ex-presidente Lula é evidente. Esse favoritismo desencadeou, ou ameaça desencadear, uma disputa por espaço dentro de um possível ou provável novo governo Lula. Abordarei, primeiro, o quadro eleitoral como se apresenta hoje. Em seguida, farei algumas conjecturas sobre a disputa pelo governo Lula.

O quadro eleitoral

Para colocar o tema das eleições em perspectiva, talvez seja útil retroceder no tempo, digamos, seis ou sete meses, para meados de 2021.

Qual era a situação naquela época? Lula já aparecia como favorito nas pesquisas de intenção de voto, mas com duas ressalvas importantes. Primeira, havia a expectativa, alimentada intensamente pela mídia, de que se pudesse viabilizar uma “terceira via”. E, segunda ressalva, existia a percepção de que Bolsonaro, que atravessava um ponto baixo, iria se recuperar politicamente.

A terceira via, como se sabe, não decolou. O fiasco do lançamento da candidatura Moro parece ter sepultado esse caminho. Digo “parece” porque, em política, as previsões são sempre altamente temerárias. Mas como apostar que, em menos de 10 meses, ainda seja possível tornar competitivo Moro ou algum outro nome? Possível, talvez. Provável, não.

O fortalecimento de Bolsonaro também não se materializou. Ao contrário, as suas dificuldades políticas aumentaram – uma modificação crucial em comparação com o quadro de 6 ou 7 meses atrás. Em meados de 2021, o professor Marcos Nobre, da Unicamp, um qualificado analista da cena política brasileira, sustentava que Bolsonaro seria um candidato “fortíssimo” à reeleição. Eu mesmo, sem chegar a esse extremo, alertei aqui nesta coluna para o risco de que Bolsonaro viesse a se fortalecer até as eleições.

Essa expectativa de recuperação de Bolsonaro se baseava em previsões que não se confirmaram, pelo menos não até agora: a) a melhora do quadro econômico; b) a diminuição do ônus político representado pela pandemia; e c) o uso da máquina governamental e dos instrumentos de poder pelo presidente no exercício do cargo, ponto para o qual alertou o próprio Lula.

Não aconteceu ainda. O nível de atividade econômica, medido pelo PIB, estagnou desde o segundo trimestre de 2021. O desemprego cedeu, mas pouco, permanecendo em nível muito elevado. Os postos de trabalho gerados foram sobretudo empregos informais, de menor remuneração e pior qualidade. Para os analistas da conjuntura econômica, o mais surpreendente foi a persistência da inflação. A inflação alta corroeu o poder de compra dos salários. Desemprego e carestia – receita para o insucesso político.

O avanço da vacinação ocorreu, salvando vidas. Mas esse sucesso não foi, nem poderia ser, creditado ao governo federal. A

CPI da pandemia, com grande cobertura da mídia corporativa, que tentava sem sucesso abrir caminho para uma terceira via, desgastou Bolsonaro, colando nele a imagem de responsável pela maior parte das mais de 600 mil mortes. A ideia de que os brasileiros esqueceriam gradualmente a tragédia e suas vítimas não se confirmou, felizmente. E o novo surto da doença desde dezembro, resultante da chegada da variante ômicron, mantém viva a questão da pandemia e a da irresponsabilidade e incompetência do governo Bolsonaro no seu enfrentamento.

Quanto ao uso da máquina e dos instrumentos de poder, o que se observou foi uma desorganização crescente do governo. Bolsonaro conseguiu comprar a sua sobrevivência, evitando o impeachment, mas foi incapaz de atuar de maneira coordenada e eficiente. Caiu nas mãos do “centrão”, que sabe defender suas pautas específicas, mas não dá norte a governo nenhum. As tentativas de Bolsonaro de “fidelizar” a sua base radical, com declarações e medidas estapafúrdias, aumentaram a sua rejeição e agravaram o seu isolamento.

Assim, o favoritismo de Lula cresceu e parece possível, ainda que talvez não provável, uma vitória no primeiro turno. Crescem as adesões à sua candidatura, com apoios que transcendem a esquerda e a centro-esquerda. Quase diria que, a exemplo de Getúlio Vargas na eleição de 1950, Lula pode vencer “sem sair de São Borja”.

Mas não vamos exagerar. Como dizia Nelson Rodrigues, pensando na copa do mundo de 1950, a goleada é a véspera da tragédia.

A disputa pelo governo Lula

O que provavelmente ocorrerá agora é um deslocamento da atividade política para uma disputa de espaço dentro de um futuro governo Lula. Não adianta, leitor, dizer que isso é prematuro. O processo já deve ter começado.

Do ponto de vista dos meus queridos amigos da “turma da bufunfa”, o que interessa é domesticar ou colonizar o futuro governo, garantindo que o Lula 3 seja o mais parecido possível com o Lula 1 – período em que Palocci era o ministro da Fazenda e Meirelles, o presidente do Banco Central. Vamos ser sinceros: no Lula 1, o que aconteceu foi um plágio descarado. A política de Palocci era uma cópia pura e simples da política do seu antecessor, Pedro Malan. Faltou pagar direitos autorais.

Lula aceitará repetir o *script*? Há diferenças importantes, para melhor e para pior, entre a situação de 2002, quando Lula foi eleito pela primeira vez, e a de 2022. Destaco duas delas.

No campo econômico, a fragilidade externa da economia era muito maior em 2002, o que dava o mercado um poder maior de chantagem sobre o presidente eleito. As contas externas estavam deficitárias, a economia dependia de capital externo e as reservas internacionais eram baixas. Hoje, o setor externo da economia está bem mais robusto. O superávit comercial é alto, o déficit em conta corrente, baixo, a dependência de financiamento internacional, pequena. E, mais importante, as reservas internacionais são confortáveis, graças ao esforço de acumulação realizado nos governos Lula e Dilma.

Por outro lado, no campo institucional, a margem de manobra do futuro presidente é mais estreita. Com a aprovação da lei de autonomia do Banco Central, o eleito herda o presidente, Roberto Campos Neto, e a maior parte dos diretores da instituição, cujo poder foi aumentado pelo marco cambial aprovado pelo Congresso. Nos primeiros dois anos do novo governo, o Banco Central permanecerá sob o controle dos dirigentes atuais.

Não acredito que Lula tentará reverter a lei de autonomia. Seria uma batalha árdua no Congresso e de resultado incerto. Resta saber se Lula, eleito, concordará em nomear para o ministério Fazenda ou da Economia alguém indicado ou aprovado pelo “mercado”, leia-se, pelo capital financeiro – a exemplo do que fez Dilma depois da sua reeleição em 2014.

Veremos. Não tenho informações privilegiadas, ressalto. Mas não parece plausível que Lula, voltando ao poder consagrado por mais uma vitória eleitoral, vá começar o governo de cabeça baixa. Talvez decida quebrar o ministério da Economia em três, restabelecendo o Ministério do Planejamento e o da Indústria e Comércio. Na Fazenda, o ministério mais importante, colocará provavelmente alguém da sua estrita confiança, mas que não provoque tumulto no mercado financeiro.

Com o Banco Central autônomo, estabelecerá um *modus vivendi*, ancorado na autoridade que lhe conferirá a eleição. Lula dá nó em pingo d’água. Por que não saberia administrar os financistas e tecnocratas do Banco Central?

***Paulo Nogueira Batista Jr.** *é titular da cátedra Celso Furtado do Colégio de Altos Estudos da UFRJ. Foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai. Autor, entre outros livros, de O Brasil não cabe no quintal de ninguém (LeYa).*

Versão ampliada de artigo publicado na revista *Carta Capital*, em 21 de janeiro de 2022.

A Terra é Redonda